

156
2



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
2ª Câmara de Direito Público
Gabinete Desembargador Ricardo Paes Barreto

**Embargos de declaração no recurso de agravo na apelação cível nº 302555-4 –
Comarca do Recife**

Embargante: Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

Embargado: José Gonçalves de Souza.

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. REDISCUSSÃO DA MATÉRIA DE MÉRITO. DESCABIMENTO. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO. RECURSO IMPROVIDO. 1. Os embargos de declaração não são cabíveis para a simples rediscussão da matéria. 2. As questões suscitadas foram devidamente enfrentadas no aresto embargado, não servindo a sede aclaratória ao reexame da matéria já decidida. 3. Embargos de declaração à unanimidade improvidos, não restando malferidos os arts. 125, 131, 145, 422, 436 e 437, do CPC, tampouco os arts. 19, *caput*, 20, e 86 da Lei Federal nº 8.213/91, pela fundamentação exposta.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos dos embargos de declaração no recurso de agravo na apelação cível nº 302555-4, acima referenciados, ACORDAM os Desembargadores integrantes da 2ª Câmara de Direito Público deste Tribunal de Justiça, em sessão desta data e à unanimidade, em negar-lhes provimento, nos termos da ementa supra, do voto e da resenha em anexo, que fazem parte integrante deste julgado.

P.R.I.

Recife, 19 de setembro de 2013


Des. Ricardo Paes Barreto – Presidente e relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
2ª Câmara de Direito Público
Gabinete Desembargador Ricardo Paes Barreto

154
92

**Embargos de declaração no recurso de agravo na apelação cível nº 302555-4 –
Comarca do Recife**

Embargante: Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

Embargado: José Gonçalves de Souza.

RELATÓRIO

Cuida-se de embargos de declaração em face de acórdão assim
ementado:

DIREITO PREVIDENCIÁRIO. APLICABILIDADE DO ART. 557 DO CPC. NÃO
ADSTRICÇÃO DO JUIZ AO LAUDO PERICIAL. NEXO ETIOLÓGICO ENTRE AS
LESÕES E O LABOR DESEMPENHADO. REDUÇÃO DA CAPACIDADE
LABORATIVA. CONCESSÃO DO AUXÍLIO ACIDENTE. INTEGRATIVO
IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME. 1. Correta a aplicabilidade do art. 557 do
CPC à espécie em tela, pois a matéria controvertida em questão se encontra
sedimentada na jurisprudência do STJ e desta Corte de Justiça, no sentido de
que o juiz não está adstrito ao laudo do perito oficial, podendo decidir contrário
a ele quando houver nos autos outros elementos que assim o convençam. 2. As
declarações médicas acostados pelo recorrido ao longo de todo o trâmite da
ação originária, inclusive após a sentença concluem, no mínimo, pela redução
de sua capacidade laborativa, restando robusta a documentação comprobatória
acerca da existência de nexo de causalidade entre a lesão de que é portador
(LER/DORT) e o trabalho desempenhado. 3. Direito do agravado à percepção
do auxílio acidente no percentual de 50% (cinquenta por cento), devido a partir
do dia seguinte ao da cessação do auxílio doença, mais abono anual. 4.
Recurso de agravo unanimemente improvido (RAAC- 302555-4, 2ªCDP, rel.
Des. Ricardo Paes Barreto, julgado em 04/07/2013).

Sustenta o embargante, a inaplicabilidade do art. 557 ao caso em
análise, aduzindo, que o laudo produzido pelo perito oficial consiste,
indiscutivelmente, em prova técnica inatacável, no sentido de que o ora
embargado simplesmente não está acometido de qualquer doença
incapacitante, havendo nos autos apenas mera declaração de que estaria
incapacitado.

Por fim, requer o embargante, para fins de prequestionamento, a
manifestação expressa acerca dos arts. 131, 125, 145, 422, 436 e 437, ambos do
CPC, bem como dos arts. 19, *caput*, 20 e 86 da Lei Federal nº 8.213/91, ditos
violados.

É o relatório.

VOTO

~

155
2

Busca-se nesta sede, para fins de prequestionar a matéria, o pronunciamento explícito a respeito dos arts. 125, 145, 422, 436 e 437, do CPC, bem como dos arts. 19, *caput*, 20 e 86 da Lei Federal nº 8.213/91.

De proêmio, entendo correta a aplicabilidade do art. 557 à espécie em tela, pois a matéria controvertida em questão se encontra sedimentada na jurisprudência do STJ e desta Corte local de Justiça, no sentido de que o juiz não está adstrito ao laudo do perito oficial, podendo decidir contrário a ele quando houver nos autos outros elementos que assim o convençam.

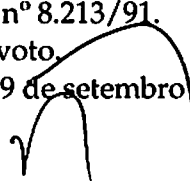
Sendo assim, as declarações médicas acostados pelo ora embargado ao longo de todo o trâmite da ação originária, inclusive após a sentença, concluem, no mínimo, pela redução de sua capacidade laborativa, restando robusta a documentação comprobatória acerca da existência de nexo de causalidade entre a lesão de que é portador e o trabalho desempenhado.

Faz jus o embargado, portanto, à percepção de auxílio acidente no percentual de 50% (cinquenta por cento), devido a partir do dia seguinte ao da cessação do auxílio doença, mais abono anual.

Por fim, se há eventual *error in judicando* por parte do colegiado, este deve ser enfrentado através da interposição de recurso subsequente adequado e em tempo oportuno, não pela estreita via dos presentes aclaratórios, aos quais, por estas razões, nego provimento, não se considerando malferidos os arts. 125, 145, 422, 436 e 437, do CPC, tampouco os arts. 19, *caput*, 20 e 86 da Lei Federal nº 8.213/91.

É como voto.

Recife, 19 de setembro de 2013


Des. Ricardo Paes Barrêto
Relator